

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA GERADOR - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

Pelo presente instrumento, de um lado,

GERADOR - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, sociedade por ações, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 4.575, sala 601, Edifício Empresarial Nassau, Bairro do Paissandu, CEP 50070-160, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.552.047/0001-84, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") sob NIRE 26.300.018.322, em sessão de 19 de março de 2010, doravante designada simplesmente "Emissora",

e, de outro lado,

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 1, sala 317, Barra da Tijuca, CEP 22.775-003, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.749.264/0001-04, neste ato devidamente representada de acordo com seu contrato social, doravante designada simplesmente "Agente Fiduciário",

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto "Partes" e individual e indistintamente "Parte")

CONSIDERANDO QUE:

- (i) Em 25 de março de 2010, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Gerador - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros*" ("Escritura de Emissão"), por meio do qual foram emitidas as debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, da 1ª emissão da Emissora (respectivamente, "Debêntures" e "1ª Emissão");
- (ii) Em 28 de abril de 2010, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Gerador - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros*" ("Primeiro Aditamento"), por meio do qual foram re-ratificados (a) os termos e condições gerais da amortização



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 15/03/2011

SOB Nº: ED001007000

Protocolo: 11/039283-3

Empresa: 26 3 0001832 2

GERADOR - COMPANHIA
SECURITIZADORA DE CRÉDITOS
FINANCEIROS

ROLDÃO ALVES PAES BARRETO
SECRETARIO-GERAL



1341

programada das Debêntures da 1ª Emissão ("Amortização Programada") e (b) os termos e condições de pagamento da Amortização Programada das Debêntures da 1ª série da 1ª Emissão ("1ª Série") e da data de pagamento da primeira parcela da Amortização Programada das Debêntures da 1ª Série;

- (iii) Em 23 de dezembro de 2010, os acionistas da Emissora, representando a totalidade das ações representativas do capital votante da Emissora, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberaram aprovar (a) as características da 2ª série de Debêntures da 1ª Emissão ("2ª Série"), (b) a alteração do prazo para subscrição das Debêntures da 1ª Emissão e (c) a re-ratificação dos termos e condições da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, prevendo as características da 2ª Série e o novo prazo de subscrição, conforme aprovados nos termos dos subitens "a" e "b" acima;
- (iv) Adicionalmente, em 2 de março de 2011, os acionistas da Emissora, representando a totalidade das ações representativas do capital votante da Emissora, reunidos em AGE, deliberaram, *inter alia*, (i) alterar as condições das Debêntures da 1ª Emissão, de modo a se prever a possibilidade de realização de oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (respectivamente, "Oferta Restrita" e "Instrução CVM n.º 476/09"), para as Debêntures das séries ("Séries") ainda não colocadas da 1ª Emissão; (ii) a realização da Oferta Restrita das Debêntures da segunda Série da 1ª Emissão da Companhia (respectivamente, "Oferta Restrita da 2ª Série" e "2ª Série"), com a correspondente contratação do BANCO GERADOR S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 4.575, salas 702/704, Edifício Empresarial Nassau, Bairro do Paissandu, CEP 50070-160, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.664.513/0001-50, para atuar como coordenador líder da Oferta Restrita da 2ª Série ("Coordenador Líder"); (iii) a alteração das condições específicas das Debêntures da 2ª Série, deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2010, quais sejam, (a) da data de emissão das Debêntures da 2ª Série, (b) da data de vencimento das Debêntures da 2ª Série, (c) a data do primeiro pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, e (d) a data de pagamento da primeira parcela da Amortização Programada das Debêntures da 2ª Série; (iv) a re-ratificação dos termos e condições da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, prevendo a possibilidade de realização de Oferta Restrita das Debêntures das Séries ainda não colocadas da 1ª Emissão, nos termos da Instrução da CVM n.º



476/09, bem como a realização da Oferta Restrita da 2ª Emissão, e as novas características da 2ª Série, conforme deliberações tomadas nos termos dos itens “i”, “ii” e “iii” acima;

- (v) Ainda, em 2 de março de 2011, os titulares das Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão, representando a totalidade das Debêntures da 1ª Emissão em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas (“AGD”), deliberaram (i) aprovar e ratificar as deliberações tomadas pelos acionistas da Emissora, nos termos da AGE realizada em 2 de março de 2011, bem como (ii) autorizar o Agente Fiduciário a celebrar com a Companhia o presente instrumento e quaisquer outros instrumentos necessários para contemplar as deliberações tomadas pelos Debenturistas na referida AGD; e
- (vi) As Partes desejam aditar a Escritura de Emissão, de forma a prever as alterações aprovadas pelas AGE e pela AGD, conforme acima mencionado,

RESOLVEM, na melhor forma de direito, firmar o presente “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Gerador - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros” (“Segundo Aditamento”) que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

I - DAS ALTERAÇÕES

I.1. Pelo presente Segundo Aditamento, as Partes, nos termos das AGE, realizadas em 23 de dezembro de 2010 e 2 de março de 2011, bem como da AGD realizada em 2 de março de 2011, alteram a Escritura de Emissão conforme abaixo:

I.1.1. Alteração da Cláusula I, com a inclusão de nova redação aos itens 1.1 e 1.2 da Escritura de Emissão, passando a vigorar com as seguintes novas redações:

“CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. Documentos Societários

A presente Escritura de Emissão é firmada com base em deliberação (i) da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 25 de março de 2010 (“Primeira AGE”), na qual foram deliberadas (a) as condições da 1ª Emissão de Debêntures da Emissora, e (b) as características específicas das Debêntures da 1ª Série, conforme o disposto no Artigo 59 da Lei nº 6.404,



de 15 de dezembro de 1976, conforme alteração (“Lei das S.A.”); (ii) da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 26 de abril de 2010 (“Segunda AGE”), na qual foram re-ratificados certos termos e condições referentes à 1ª Emissão; (iii) da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 23 de dezembro de 2010 (“Terceira AGE”), na qual foram deliberadas as características específicas das Debêntures da 2ª Série, e (iv) da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 2 de março de 2011 (“Quarta AGE”, e, em conjunto com a Primeira AGE, com a Segunda AGE e com a Terceira AGE, as “AGE”), na qual foram deliberadas alterações às condições das Debêntures da 1ª Emissão e alterações em características específicas das Debêntures da 2ª Série.

1.2. Poderes delegados à Diretoria da Emissora

Foram delegados pelas AGE poderes à Diretoria da Emissora para tomar todas as providências necessárias à implementação da 1ª Emissão de Debêntures conforme autorizada pelas AGE.”

1.1.2. Alteração da Cláusula II, com (i) a inclusão de nova redação aos itens 2.1.1 e 2.3, (ii) a inclusão de novos itens 2.1.2, 2.1.3 e 2.1.4, e (iii) a renumeração do antigo item 2.1.2, o qual passa a ser identificado como item 2.1.5, passando a vigorar com as seguintes novas redações:

“CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata da Primeira AGE, que deliberou sobre a 1ª Emissão de Debêntures e as características específicas da 1ª Série foi devidamente arquivada na JUCEPE sob n.º 20100431925, em sessão de 30 de março de 2010, e publicada no jornal Diário da Manhã e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia 27 de março de 2010.

2.1.2. A ata da Segunda AGE, que deliberou sobre a re-ratificação de certos termos e condições referentes à 1ª Emissão foi devidamente arquivada na JUCEPE sob n.º 20109998278, em sessão de 10 de maio de 2010, e publicada no jornal Diário da Manhã e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia 30 de novembro de 2010.



15411

2.1.3. A ata da Terceira AGE, que deliberou sobre as características específicas da 2ª Série foi devidamente arquivada na JUCEPE sob n.º 20101933630, em sessão de 24 de dezembro de 2010, e publicada no jornal Diário da Manhã e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia 1º de março de 2011.

2.1.4. A ata da Quarta AGE, que alterou as condições das Debêntures da 1ª Emissão e alterações em características específicas da 2ª Série foi devidamente arquivada na JUCEPE sob n.º 20110358910, em sessão de 03 de março de 2011, e publicada no jornal Diário da Manhã e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia 4 de março de 2011.

2.1.5. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCEPE.

(...)

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

As Debêntures de cada Série da 1ª Emissão serão objeto de (i) colocação privada, fora do âmbito da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sem qualquer esforço de venda perante o público em geral e sem a interveniência de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Colocação Privada"), ou (ii) oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (respectivamente "Oferta Restrita" e "Instrução CVM n.º 476/09"). Em qualquer dos casos, nos termos da regulamentação em vigor, a 1ª Emissão não será objeto de registro na CVM."

I.1.3. Alteração da Cláusula III, com a inclusão de nova redação aos itens 3.3.3, 3.5.1, e 3.6, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:



P



1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

"CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA 1ª EMISSÃO"

(...)

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

(...)

3.3.3. Os termos e condições da 1ª Série e da 2ª Série encontram-se estabelecidos na Cláusula V da presente Escritura de Emissão. As características das demais Séries serão especificadas quando da respectiva emissão das Debêntures que as componham, mediante Aditamento à presente Escritura de Emissão, nos termos do Artigo 61, §2º, da Lei das S.A.

(...)

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures de cada Série da 1ª Emissão serão objeto de (i) Colocação Privada, fora do âmbito da CETIP (conforme abaixo definido) sem qualquer esforço de venda perante o público em geral e sem a interveniência de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, ou (ii) de Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, com a participação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e registro para distribuição em mercado primário no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP. O regime de colocação de cada Série será estabelecido quando da definição das condições específicas da respectiva Série, devendo constar desta Escritura de Emissão e/ou de seus Aditamentos.

(...)

3.6. Registro de Custódia e Negociação

As Debêntures integrantes das Séries objeto de Colocação Privada serão registradas para custódia eletrônica no SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP. Por sua vez, as Debêntures integrantes das Séries objeto de Oferta Restrita serão



15411

registradas para custódia eletrônica e negociação no SDC, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP, observado que as Debêntures objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM n.º 476/09."

I.1.4. Alteração da Cláusula IV, com a inclusão de nova redação aos itens 4.6.1 e 4.6.3, os quais passam a vigorar com as seguintes novas redações:

**"CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª EMISSÃO
COMUNS A TODAS AS SÉRIES**

(...)

4.6. Subscrição

4.6.1. Prazo de Subscrição - As Debêntures de cada Série da 1ª Emissão serão subscritas no prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Emissão da respectiva Série.

(...)

4.6.3. Integralização e forma de pagamento - As Debêntures da 1ª Emissão deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. As Debêntures integrantes das Séries objeto de Colocação Privada serão integralizadas, fora do âmbito da CETIP. Por sua vez, as Debêntures integrantes das Séries objeto de Oferta Restrita serão integralizadas por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP."

I.1.5. Alteração da Cláusula V, com (i) a inclusão de um novo item 5.1, (ii) a renumeração dos itens conforme tabela abaixo, e (iii) inclusão dos itens 5.1.7, 5.2, 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.4, 5.2.5, 5.2.5.1, 5.2.5.2, 5.2.5.3, 5.2.5.4, 5.2.5.5, 5.2.5.6, 5.2.5.7, 5.2.5.8, 5.2.5.9, 5.2.5.10, 5.2.6, 5.2.7 e 5.2.8, passando a vigorar com as seguintes novas redações:



<i>Numeração antiga</i>	<i>Numeração nova</i>
5.1	5.1.1
5.2	5.1.2
5.3	5.1.3
5.4	5.1.4
5.5 e 5.5.1	5.1.5
5.5.1.1	5.1.5.1
5.5.1.2	5.1.5.2
5.5.1.3	5.1.5.3
5.5.1.4	5.1.5.4
5.5.1.5	5.1.5.5
5.5.2	5.1.5.6
5.5.2.1	5.1.5.7
5.5.2.2	5.1.5.8
5.5.2.3	5.1.5.9
5.5.3	5.1.5.10
5.6	5.1.6
5.7	5.1.8

“CLÁUSULA V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DE CADA SÉRIE

5.1. Características das Debêntures da 1ª Série

5.1.1. Quantidade de Debêntures da 1ª Série: A 1ª Série é composta por 10 (dez) Debêntures.

5.1.2. Montante Total da 1ª Série: O montante da 1ª Série é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

5.1.3. Data de Emissão da Debênture da 1ª Série: A Data de Emissão das Debêntures da 1ª Série será o dia 30 de março de 2010.

5.1.4. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série: O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série é de até 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão da 1ª Série, de modo que a data de vencimento das Debêntures da 1ª Série corresponde ao dia 30 de março de 2013.




5.1.5. Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série: As Debêntures da 1ª Série farão jus a Juros Remuneratórios correspondentes a 128,5% (cento e vinte e oito inteiros e cinco décimos por cento) da acumulação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI").

5.1.5.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} - 1)$$

em que:

J = valor dos Juros Remuneratórios de cada Debênture da 1ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

sendo que:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$$

em que:

n = número total de Taxas DI consideradas na atualização da Debênture, sendo "n" um número inteiro;



p = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 128,50.

TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

sendo que:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

em que:

DIk = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

5.1.5.2. O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

5.1.5.3. Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

5.1.5.4. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

5.1.5.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

5.1.5.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, das Debêntures da 1ª Série será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto

por parte dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

5.1.5.7. Na hipótese de (i) ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, (ii) de extinção da Taxa DI ou (iii) de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente, no lugar da Taxa DI, a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa SELIC").

5.1.5.8. Na impossibilidade de aplicação da Taxa SELIC, conforme referido acima, será convocada pelo Agente Fiduciário uma Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VI abaixo, a ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série, devendo as Debêntures da 1ª Série ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores.

5.1.5.9. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da 1ª Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se o Emissor a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- a) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão da 1ª Série ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. As Debêntures adquiridas nos termos deste item "a" serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, em novo cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série pelo Emissor todos os Debenturistas da 1ª Série receberão o pagamento na mesma proporção.

5.1.5.10. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série serão devidos mensalmente, no dia 30 de cada mês, sendo a primeira Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série o dia 30 de abril de 2010 e a última na data de resgate das Debêntures da 1ª Série.

5.1.6. Amortização Programada das Debêntures da 1ª Série: A Amortização Programada das Debêntures da 1ª Série será paga em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, calculadas sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série à razão de 3,3333% (três vírgula três três três três por cento) cada, sendo a primeira parcela da Amortização Programada das Debêntures da 1ª Série paga em 30 de outubro de 2010 e as seguintes no dia 30 dos meses subsequentes, observado que no mês de fevereiro de cada ano, o pagamento da parcela da Amortização Programada das Debêntures da 1ª Série ocorrerá no dia 29 ou 28 do referido mês.

5.1.7. Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures da 1ª Série: As Debêntures da 1ª Série serão objeto de Colocação Privada, sem a interveniência de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

5.1.8. Destinação dos recursos das Debêntures da 1ª Série: Os recursos obtidos por meio da 1ª Série serão destinados à aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados listados no Anexo I à presente Escritura de Emissão.

5.2. Características das Debêntures da 2ª Série

5.2.1. Quantidade de Debêntures da 2ª Série: A 2ª Série é composta por 10 (dez) Debêntures.

5.2.2. Montante Total da 2ª Série: O montante da 2ª Série é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

5.2.3. Data de Emissão da Debênture da 2ª Série: A Data de Emissão das Debêntures da 2ª Série será o dia 30 de março de 2011.

5.2.4. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série: O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série é de até 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão da 2ª Série, de modo que a data de vencimento das Debêntures da 2ª Série corresponde ao dia 30 de março de 2014.

5.2.5. Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série: As Debêntures da 2ª Série farão jus a Juros Remuneratórios correspondentes a 128,5% (cento e vinte e oito inteiros e cinco décimos por cento) da acumulação da Taxa DI.

5.2.5.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

em que:

J = valor dos Juros Remuneratórios de cada Debênture da 2ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

sendo que:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

em que:

n = número total de Taxas DI consideradas na atualização da Debênture, sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 128,50.

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

sendo que:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

em que:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

5.2.5.2. O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

5.2.5.3. Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

5.2.5.4. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.



5.2.5.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

5.2.5.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, das Debêntures da 2ª Série será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

5.2.5.7. Na hipótese de (i) ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, (ii) de extinção da Taxa DI ou (iii) de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente, no lugar da Taxa DI, a Taxa SELIC.

5.2.5.8. Na impossibilidade de aplicação da Taxa SELIC, conforme referido acima, será convocada pelo Agente Fiduciário uma Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VI abaixo, a ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, devendo as Debêntures da 2ª Série ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores.

5.2.5.9. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da 2ª Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se o Emissor a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- a) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão da 2ª Série ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. As Debêntures adquiridas nos termos



13411



deste item "a" serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, em novo cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série pelo Emissor todos os Debenturistas da 2ª Série receberão o pagamento na mesma proporção.

5.2.5.10. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão devidos mensalmente, no dia 30 de cada mês, sendo a primeira Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série o dia 30 de abril de 2011 e a última na data de resgate das Debêntures da 2ª Série.

5.2.6. Amortização Programada das Debêntures da 2ª Série: A Amortização Programada das Debêntures da 2ª Série será paga em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, calculadas sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série à razão de 3,3333% (três vírgula três três três três por cento) cada, sendo a primeira parcela da Amortização Programada das Debêntures da 2ª Série paga em 30 de outubro de 2011 e as seguintes no dia 30 dos meses subsequentes, observado que no mês de fevereiro de cada ano, o pagamento da parcela da Amortização Programada das Debêntures da 2ª Série ocorrerá no dia 29 ou 28 do referido mês.

5.2.7. Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures da 2ª Série: As Debêntures da 2ª Série serão objeto de Oferta Restrita, sob o regime de melhores esforços, com a intermediação do BANCO GERADOR S.A. ("Coordenador Líder") em observância aos procedimentos a serem definidos no competente contrato de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM n.º 476/09. Para tanto, o Coordenador Líder poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

15411

5.2.8. Destinação dos recursos das Debêntures da 2ª Série: Os recursos obtidos por meio da 2ª Série serão destinados à aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados listados no Anexo II à presente Escritura de Emissão."

I.1.6. Alteração da Cláusula VII, com (i) a inclusão de nova alínea "b" ao item 7.6.1, (ii) a renumeração da antiga alínea "b" do item 7.6.1, a qual passa a ser identificada como alínea "c" e (iii) a inclusão de nova redação ao item 7.6.2, passando a vigorar com as seguintes novas redações:

"CLÁUSULA VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.6. Remuneração do Agente Fiduciário

7.6.1. (...)

(...)

- b) O valor trimestral de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), devido o primeiro pagamento no 5º (quinto) dia útil após a integralização das Debêntures da 2ª Série e os demais pagamentos a cada 3 (três) meses a contar da data do primeiro pagamento, até o resgate total das Debêntures da 2ª Série; e
- c) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, que caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será pro-rateado à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicado pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos Debenturistas, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em Assembléias Gerais de Debenturistas, (iv) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (v) a execução das garantias ou das Debêntures, remuneração adicional a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos



reais) por mês durante o período em que a Emissora permanecer nesta situação.

7.6.2. Os valores previstos acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IPCA/IBGE ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir de fevereiro de 2011, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas pro-rata die."

1.1.7. Alteração da Cláusula VIII, com a re-ratificação da declaração prestada pela Emissora na alínea "a" do item 8.1 e a inclusão de um novo item 8.2, passando a vigorar com as seguintes novas redações:

"CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e assegura aos Debenturistas que:

- (a) é uma companhia securitizadora de créditos financeiros devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;

(...)

8.2. Enquanto houver Debêntures da 1ª Emissão em circulação, a Emissora obriga-se a:

- (a) oferecer informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores;
- (b) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A., e com as regras emitidas pela CVM;
- (c) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (d) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (e) manter os documentos mencionados na alínea "d" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

15411

- (f) *observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358/02"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;*
- (g) *divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente ao intermediário líder da oferta;*
e
- (h) *fornecer as informações solicitadas pela CVM."*

II - DA AVERBAÇÃO DO SEGUNDO ADITAMENTO

II.1. O presente Segundo Aditamento será averbado na JUCEPE, de acordo com o disposto no artigo 62, §3º, da Lei das S.A., e nos termos da cláusula 2.2 da Escritura de Emissão.



III - DA CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

III.1. Em virtude das alterações acima realizadas no presente Segundo Aditamento, resolvem as Partes consolidar a Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. Documentos Societários

A presente Escritura de Emissão é firmada com base em deliberação (i) da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 25 de março de 2010 ("Primeira AGE"), na qual foram deliberadas (a) as condições da 1ª Emissão de Debêntures da Emissora, e (b) as características específicas das Debêntures da 1ª Série, conforme o disposto no Artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."); (ii) da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 26 de abril de 2010 ("Segunda AGE"), na qual foram re-ratificados certos termos e condições referentes à 1ª Emissão; (iii) da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 23 de dezembro de 2010 ("Terceira AGE"), na qual foram deliberadas as características específicas das Debêntures da 2ª Série, e (iv) da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 2 de março de 2011 ("Quarta AGE", e, em conjunto com a Primeira AGE, com a Segunda AGE e com a Terceira AGE, as "AGE"), na qual foram deliberadas alterações às condições das Debêntures da 1ª Emissão e alterações em características específicas das Debêntures da 2ª Série.

15-03-11

1.2. Poderes delegados à Diretoria da Emissora

15-03-11

Foram delegados pelas AGE poderes à Diretoria da Emissora para tomar todas as providências necessárias à implementação da 1ª Emissão de Debêntures conforme autorizada pelas AGE.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata da Primeira AGE, que deliberou sobre a 1ª Emissão de Debêntures e as características específicas da 1ª Série foi devidamente arquivada na JUCEPE sob n.º 20100431925, em sessão de 30 de março de 2010, e publicada no jornal Diário da Manhã e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia 27 de março de 2010.

2.1.2. A ata da Segunda AGE, que deliberou sobre a re-ratificação de certos termos e condições referentes à 1ª Emissão foi devidamente arquivada na JUCEPE sob n.º 20109998278, em sessão de 10 de maio de 2010, e publicada no jornal Diário da Manhã e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia 30 de novembro de 2010.

2.1.3. A ata da Terceira AGE, que deliberou sobre as características específicas da 2ª Série foi devidamente arquivada na JUCEPE sob n.º 20101933630, em sessão de 24 de dezembro de 2010, e publicada no jornal Diário da Manhã e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia 1º de março de 2011.

2.1.4. A ata da Quarta AGE, que alterou as condições das Debêntures da 1ª Emissão e alterações em características específicas da 2ª Série foi devidamente arquivada na JUCEPE sob n.º 20110358910, em sessão de 3 de março de 2011, e publicada no jornal Diário da Manhã e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia 4 de março de 2011.

2.1.5. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCEPE.

2.2. Inscrição da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão inscritos na JUCEPE, conforme disposto no inciso II, artigo 62 da Lei das S.A.



15-01-11

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

10-01-11

As Debêntures de cada Série da 1ª Emissão serão objeto (i) colocação privada, fora do âmbito da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sem qualquer esforço de venda perante o público em geral e sem a interveniência de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Colocação Privada"), ou (ii) oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (respectivamente "Oferta Restrita" e "Instrução CVM n.º 476/09"). Em qualquer dos casos, nos termos da regulamentação em vigor, a 1ª Emissão não será objeto de registro na CVM.

2.4. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social exclusivo, conforme o art. 3º de seu Estatuto Social, adquirir, em conjunto ou separadamente, direitos creditórios oriundos das operações praticadas pelo Banco Gerador S.A., instituição financeira com sede e foro na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 4.575, salas 702/704, Edifício Empresarial Nassau, Bairro do Paissandu, CEP 50070-160, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.664.513/0001-50, ou seus sucessores a qualquer título ("Banco Gerador"). Tais direitos creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco Gerador, com pagamentos feitos por meio de desconto em folha de pagamento e formalizados por meio de contratos de crédito pessoal parcelado através de consignação em folha de pagamento, juntamente com todos e quaisquer direitos e prerrogativas assegurados pela titularidade de tais direitos creditórios, na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") n.º 2.686, de 26 de janeiro de 2000, suas alterações posteriores e de acordo com as demais normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la (respectivamente, "Direitos Creditórios" e "Resolução CMN n.º 2.686/00").



CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA 1ª EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da 1ª Emissão é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) de cada Debênture.

15-03-11

JURIDICO

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. A 1ª Emissão será realizada em número indeterminado de séries de Debêntures ("Séries"). Serão emitidas até 50 (cinquenta) Debêntures no âmbito da 1ª Emissão.

3.3.2. Todas as Séries serão emitidas em observância às disposições desta Escritura de Emissão, respeitando-se as características e condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão que sejam aplicáveis a todas as Debêntures.

3.3.3. Os termos e condições da 1ª Série e da 2ª Série encontram-se estabelecidos na Cláusula V da presente Escritura de Emissão. As características das demais Séries serão especificadas quando da respectiva emissão das Debêntures que as componham, mediante Aditamento à presente Escritura de Emissão, nos termos do Artigo 61, §2º, da Lei das S.A.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio de cada Série da 1ª Emissão de Debêntures serão destinados à aquisição dos Direitos Creditórios a serem listados em anexos à presente Escritura de Emissão, os quais deverão ser a ela incluídos por meio de Aditamentos, em observância ao objeto social da Emissora descrito na Cláusula 2.4 supra ("Direitos Creditórios Vinculados").

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures de cada Série da 1ª Emissão serão objeto de (i) Colocação Privada, fora do âmbito da CETIP sem qualquer esforço de venda perante o público em geral e sem a interveniência de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, ou (ii) de Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, com a participação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e registro para distribuição em mercado primário no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP. O regime de colocação de cada Série será estabelecido quando da definição das condições específicas da respectiva Série, devendo constar desta Escritura de Emissão e/ou de seus Aditamentos.

3.5.2. Nos termos da Cláusula 3.3. acima, a 1ª Emissão será composta por um número indeterminado de Séries. A Emissora somente efetuará a emissão e a colocação das Debêntures da Série seguinte após a colocação da totalidade das Debêntures da Série anterior ou após o cancelamento das Debêntures da Série anterior não colocadas, conforme os termos do Artigo 59, §3º da Lei das S.A.



15-03-11
10:05

3.6. Registro de Custódia e Negociação

As Debêntures integrantes das Séries objeto de Colocação Privada serão registradas para custódia eletrônica no SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP. Por sua vez, as Debêntures integrantes das Séries objeto de Oferta Restrita serão registradas para custódia eletrônica e negociação no SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP, observado que as Debêntures objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM n.º 476/09.

3.7. Limite Legal

Não se aplicam à 1ª Emissão os limites previstos no Artigo 60 da Lei das S.A., uma vez que as Debêntures são da espécie subordinada, consoante o §4º, do referido Artigo 60, da Lei das S.A.

3.8. Banco Mandatário e Escriturador

O banco mandatário e escriturador da 1ª Emissão será o **BANCO CITIBANK S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.111, 2º Andar - Parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.479.023/0001-80 ("Banco Mandatário").

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª EMISSÃO COMUNS A TODAS AS SÉRIES

4.1. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Emissão corresponde a **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais), na Data de Emissão da respectiva Série ("Valor Nominal Unitário").



4.2. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela estabelecida quando da definição das condições específicas de cada uma das Séries ("Data de Emissão"), devendo constar desta Escritura de Emissão e/ou de seus Aditamentos.

4.3. Prazo

4.3.1. O prazo de vencimento das Debêntures de cada Série da 1ª Emissão será aquele estabelecido quando da definição das condições específicas da respectiva Série, devendo constar desta Escritura de Emissão e/ou de seus Aditamentos juntamente com a data de vencimento de cada Série ("Data de Vencimento").

4.3.2. Por ocasião da Data de Vencimento de cada Série, a Emissora obriga-se a proceder ao resgate das Debêntures da respectiva Série que ainda estejam em circulação, pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) devidos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento.

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures da 1ª Emissão serão da forma nominativa e escritural.

4.4.2. As Debêntures da 1ª Emissão não são conversíveis em ações representativas do capital social da Emissora.

4.5. Espécie

As Debêntures da 1ª Emissão serão da espécie subordinada, sem garantias reais ou flutuantes.

4.6. Subscrição

4.6.1. Prazo de Subscrição - As Debêntures de cada Série da 1ª Emissão serão subscritas no prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Emissão da respectiva Série.

4.6.2. Preço de Subscrição - As Debêntures da 1ª Emissão serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios descritos na Cláusula 4.8 abaixo, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão da respectiva Série até a data da efetiva integralização.



10411

4.6.3. Integralização e forma de pagamento - As Debêntures da 1ª Emissão deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. As Debêntures integrantes das Séries objeto de Colocação Privada serão integralizadas, fora do âmbito da CETIP. Por sua vez, as Debêntures integrantes das Séries objeto de Oferta Restrita serão integralizadas por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.

4.7. Atualização do Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.8. Juros Remuneratórios

4.8.1. As Debêntures da 1ª Emissão farão jus a uma remuneração que será estabelecida quando da definição das condições específicas da respectiva Série ("Juros Remuneratórios"), devendo constar desta Escritura de Emissão e/ou de seus Aditamentos.

4.8.2. Os Juros Remuneratórios deverão incidir sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão da respectiva Série, e pagos ao final do Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculados em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis*.

4.8.3. Para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, "Período de Capitalização" significa o intervalo de tempo que se inicia (i) na Data de Emissão da respectiva Série, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao referido Período de Capitalização, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento da respectiva Série.

4.8.4. Os Juros Remuneratórios serão devidos mensalmente, no dia 30 de cada mês, sendo o último vencimento na data de resgate das Debêntures da respectiva Série ("Data de Pagamento de Juros Remuneratórios").

4.9. Amortização Programada, Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado

4.9.1. Amortização Programada: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão será pago em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, calculadas sobre o Valor Nominal



Unitário à razão de 3,3333% (três vírgula três três três três por cento) cada, sendo a primeira parcela paga no 30º (trigésimo) dia do 7º (sétimo) mês subsequente à Data de Emissão da respectiva Série, e as seguintes no dia 30 dos meses subsequentes ("Amortização Programada"), observado que no mês de fevereiro de cada ano, o pagamento da parcela da Amortização Programada ocorrerá no dia 29 ou 28 do referido mês.

4.9.2. Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado: A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão da respectiva Série, mediante deliberação da Diretoria da Companhia e autorização dos Debenturistas titulares das Debêntures de cada Série, realizar resgates antecipados ou amortizações extraordinárias das Debêntures de cada Série, respeitadas as condições do Artigo 55 da Lei das S.A., nas condições a serem propostas pela Emissora e aprovadas pelos Debenturistas das respectivas Séries em Assembléia Geral de Debenturistas.

4.9.2.1. Na hipótese de resgate antecipado da totalidade das Debêntures de uma ou mais Séries da 1ª Emissão custodiadas na CETIP, deverão ser observados os procedimentos de liquidação adotados por tal instituição, sendo que a CETIP deve ser comunicada com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência de tal evento. Por sua vez, no caso de resgate antecipado parcial das Debêntures de uma ou mais Séries da 1ª Emissão, com relação às Debêntures custodiadas na CETIP, o resgate antecipado deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, de forma concomitante à retirada das respectivas Debêntures do SND.

4.9.2.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente, nos termos da cláusula 4.9.2 acima deverão ser canceladas pela Emissora.

4.10. Repactuação Programada

Não haverá repactuação programada para as Debêntures da 1ª Emissão.

4.11. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55, da Lei das S.A. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado. A aquisição facultativa, caso aconteça, ocorrerá fora do âmbito da CETIP.

4.12. Condições de Pagamento

4.12.1. Local de Pagamento - Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures, tais como Juros Remuneratórios, amortizações e/ou resgate, serão efetuados pela Emissora, na data de seu respectivo vencimento, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; e/ou (ii) para os Debenturistas que não estejam vinculados a esse sistema, diretamente pela Emissora, em sua sede.

4.12.2. Prorrogação dos Prazos - Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, e pela Emissora, no que se refere ao pagamento da Amortização e dos Juros Remuneratórios, até o 1º. (primeiro) dia útil subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, (i) se a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, nos casos de Debêntures cujos pagamentos sejam realizados por meio da CETIP, ou (ii) se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado São Paulo, nos casos de Debêntures cujos pagamentos sejam realizados diretamente pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.12.1 acima.

4.12.3. Vinculação aos Direitos Creditórios Vinculados - Os pagamentos dos Juros Remuneratórios, das Amortizações Programadas e do resgate das Debêntures condicionam-se à realização dos créditos decorrentes dos Direitos Creditórios Vinculados de cada Série a serem adquiridos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, em observância ao disposto no artigo 5º da Resolução CMN n.º 2.686/00.

4.12.3.1. Resgate mediante Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados - A Emissora poderá efetuar o resgate das Debêntures de uma ou mais Séries da 1ª Emissão, total ou parcialmente, mediante a dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados da respectiva Série não realizados no vencimento respectivo, nos termos da Resolução CMN n.º 2.686/00. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que a Emissora encaminhar comunicação referente à proposta de resgate das Debêntures de uma ou mais Séries nos termos aqui descritos, uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre os procedimentos a serem observados pela Emissora para a dação em pagamento de tais Direitos Creditórios Vinculados.

4.12.3.2. Pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados com Bens - Na hipótese do recebimento de bens em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados de uma ou mais Séries, a Emissora deverá levar os bens recebidos a leilão, nos termos da legislação vigente,



utilizando os valores obtidos com a venda de tais bens para o pagamento das Debêntures da respectiva Série da 1ª Emissão.

4.12.3.3. Falência, Insolvência ou Liquidação dos Devedores dos Direitos Creditórios Vinculados - Na hipótese de decretação de insolvência, falência ou entrada em liquidação dos devedores dos Direitos Creditórios Vinculados de uma ou mais Séries, a Emissora, ou terceiros por ela contratados, deverão tomar todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para a satisfação de tais Direitos Creditórios Vinculados, inclusive tomando todas as medidas necessárias para inscrever a Emissora nas respectivas relações de credores.

4.13. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do vencimento, exclusive, até a data do efetivo pagamento, inclusive, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.13 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



13-011

4.16. Comprovação de Titularidade das Debêntures

13-011

A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos.

4.17. Vencimento Antecipado

4.17.1. Os Debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do respectivo saldo devedor, assim entendido como o Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a respectiva Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos (cada qual, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, do qual resulte riscos à solvabilidade da Emissora, excetuados os protestos efetuados por erro ou má-fé de terceiro, conforme comprovado pela Emissora, ou se forem cancelados, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de depósito em juízo;
- (ii) protocolização do pedido de recuperação judicial, recuperação extrajudicial e/ou autofalência da Emissora;
- (iii) liquidação e/ou decretação de falência da Emissora;
- (iv) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;
- (v) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária estabelecida em outros contratos celebrados pela Emissora com qualquer dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão e/ou pessoas agindo em seu benefício, incluindo, sem limitação, o Agente Fiduciário;
- (vi) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora prevista nesta Escritura de Emissão;



15-01

- (vii) fusão, cisão e incorporação da Emissora;
- (viii) transferência, a qualquer título, do controle acionário da Emissora, exceto para qualquer pessoa jurídica que direta ou indiretamente seja controlada pelos atuais controladores da Emissora;
- (ix) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no artigo 174 da Lei das S.A.;
- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (xi) a cessão de qualquer dos Direitos Creditórios Vinculados ou atribuição de qualquer direito sobre os Direitos Creditórios Vinculados ao Banco Gerador, ao controlador da Emissora ou a qualquer pessoa a eles ligadas, salvo (a) mediante a prévia autorização da Assembléia Geral de Debenturistas, em deliberação tomada por Debenturistas representando 50% (cinquenta por cento) ou mais das Debêntures da 1ª Emissão em circulação e que não sejam detidas pela Emissora, pelo Banco Gerador, por seus controladores ou por suas sociedades coligadas ou submetidas a controle comum ou (b) na hipótese de cessão dos Direitos Creditórios Vinculados por valor igual ou superior a seu respectivo valor nominal, deduzidos os juros ainda não incorridos e os encargos financeiros incorporados em seu valor nominal, sob a forma de desconto, calculados proporcionalmente ao número de dias a decorrer até a data de vencimento de tais créditos;
- (xii) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures;
- (xiii) constatação de que as declarações realizadas nesta Escritura de Emissão, pela Emissora, eram falsas ou enganosas, ou ainda, de forma relevante, incorretas ou incompletas na data em que foram declaradas;
- (xiv) mudança do objeto social da Emissora; e
- (xv) venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Emissora.

4.17.2. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado listados nas alíneas "ii", "iii", "iv", "v", "vii", "viii", "ix", "x", "xi", "xii", "xiii" e "xiv" da Cláusula 4.17.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora



13411

decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento que for devido. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas demais alíneas da Cláusula 4.17.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido Evento de Vencimento Antecipado, uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.17.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.17.2. acima será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VI abaixo.

4.17.3. A data de declaração de vencimento antecipado das Debêntures será considerada aquela em que a Emissora for notificada de tal fato pelo Agente Fiduciário.

4.17.4. No que diz respeito às Debêntures custodiadas na CETIP, o pagamento mencionado na Cláusula 4.17.1. acima deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis da data em que ocorrer a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, devendo a CETIP ser comunicada de imediato da referida declaração de vencimento antecipado, para que seja possível o processamento de tal pagamento.

4.17.5. Na hipótese de ocorrência do previsto nos itens “vii”, “viii”, “ix” e “xi” da Cláusula 4.17.1. acima, tais eventos apenas serão considerados válidos após o efetivo resgate da totalidade das Debêntures em circulação vencidas antecipadamente, em observância aos termos da Cláusula 4.17.1 acima.

4.18. Comunicações

4.18.1. Publicidade - Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser comunicados ao Agente Fiduciário mediante o envio de comunicação escrita com aviso de recebimento a ser encaminhada no endereço constante da Cláusula 4.18.2 abaixo.

4.18.2. Endereçamento - As comunicações a serem enviadas para as partes deverão ser feitas para o seguinte endereço:

Para a Emissora:



134311

GERADOR - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 4.575, sala 301,
Edifício Empresarial Nassau, Bairro do Paissandu,
Recife, PE
CEP 50070-160

A/C:

Srs. Izidoro Polari Neto e Alexandre Saquetti

Fax.: (81) 3198-0500

Telefone: (81) 3198-0500

e-mail: polari.neto@bancogerador.com.br e

alexandre.saquetti@bancogerador.com.br

Com cópia para

Sr. Marcus Vinicius Capobianco

Fax.: (21) 2224-4518

Telefone: (21) 2252-8667

e-mail: unatrust@unatrust.com.br

Para o Agente Fiduciário:

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.

Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 1, sala 317,
Barra da Tijuca,
Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.775-003



A/C: Sr. Juarez Dias Costa

Fax.: (21) 2490-3062

Telefone: (21) 2490-4305

e-mail: gdc@gdcdtvm.com.br

4.18.3. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico (e-mail) serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

1341

4.18.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora.

4.18.5. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 4.18.4. acima serão arcados pela parte inadimplente.

CLÁUSULA V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DE CADA SÉRIE

5.1. Características das Debêntures da 1ª Série

5.1.1. Quantidade de Debêntures da 1ª Série: A 1ª Série é composta por 10 (dez) Debêntures.

5.1.2. Montante Total da 1ª Série: O montante da 1ª Série é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

5.1.3. Data de Emissão da Debênture da 1ª Série: A Data de Emissão das Debêntures da 1ª Série será o dia 30 de março de 2010.

5.1.4. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série: O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série é de até 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão da 1ª Série, de modo que a data de vencimento das Debêntures da 1ª Série corresponde ao dia 30 de março de 2013.

5.1.5. Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série: As Debêntures da 1ª Série farão jus a Juros Remuneratórios correspondentes a 128,5% (cento e vinte e oito inteiros e cinco décimos por cento) da acumulação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI").

5.1.5.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times (\text{Fator DI} - 1)$$



Q

15-01-11

em que:

JURADO

J = valor dos Juros Remuneratórios de cada Debênture da 1ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

sendo que:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

em que:

n = número total de Taxas DI consideradas na atualização da Debênture, sendo “n” um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 128,50.

TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

sendo que:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$



1 0



em que:

DIK = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

5.1.5.2. O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_t \times \frac{P}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

5.1.5.3. Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_t \times \frac{P}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

5.1.5.4. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

5.1.5.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

5.1.5.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, das Debêntures da 1ª Série será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

5.1.5.7. Na hipótese de (i) ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, (ii) de extinção da Taxa DI ou (iii) de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente, no lugar da Taxa DI, a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa SELIC").

5.1.5.8. Na impossibilidade de aplicação da Taxa SELIC, conforme referido acima, será convocada pelo Agente Fiduciário uma Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VI abaixo, a ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série, devendo as Debêntures da 1ª Série ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores.



5.1.5.9. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de Juros Referencial dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da 1ª Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se o Emissor a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- a) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão da 1ª Série ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. As Debêntures adquiridas nos termos deste item "a" serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, em novo cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série pelo Emissor todos os Debenturistas da 1ª Série receberão o pagamento na mesma proporção.

5.1.5.10. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série serão devidos mensalmente, no dia 30 de cada mês, sendo a primeira Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª Série o dia 30 de abril de 2010 e a última na data de resgate das Debêntures da 1ª Série.

5.1.6. Amortização Programada das Debêntures da 1ª Série: A Amortização Programada das Debêntures da 1ª Série será paga em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, calculadas sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série à razão de 3,3333% (três vírgula três três três três por cento) cada, sendo a primeira parcela da Amortização Programada das Debêntures da 1ª Série paga em 30 de outubro de 2010 e as seguintes no dia 30 dos meses subsequentes, observado que no mês de fevereiro de cada ano, o pagamento



da parcela da Amortização Programada das Debêntures da 1ª Série ocorrerá no dia 29 ou 28 do referido mês.

5.1.7. Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures da 1ª Série: As Debêntures da 1ª Série serão objeto de Colocação Privada, sem a interveniência de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

5.1.8. Destinação dos recursos das Debêntures da 1ª Série: Os recursos obtidos por meio da 1ª Série serão destinados à aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados listados no Anexo I à presente Escritura de Emissão.

5.2. Características das Debêntures da 2ª Série

5.2.1. Quantidade de Debêntures da 2ª Série: A 2ª Série é composta por 10 (dez) Debêntures.

5.2.2. Montante Total da 2ª Série: O montante da 2ª Série é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

5.2.3. Data de Emissão da Debênture da 2ª Série: A Data de Emissão das Debêntures da 2ª Série será o dia 30 de março de 2011.

5.2.4. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série: O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série é de até 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão da 2ª Série, de modo que a data de vencimento das Debêntures da 2ª Série corresponde ao dia 30 de março de 2014.

5.2.5. Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série: As Debêntures da 2ª Série farão jus a Juros Remuneratórios correspondentes a 128,5% (cento e vinte e oito inteiros e cinco décimos por cento) da acumulação da Taxa DI.

5.2.5.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times (FatorDI - 1)$$

em que:



11-03-2011

J = valor dos Juros Remuneratórios de cada Debênture da 2ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

sendo que:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

em que:

n = número total de Taxas DI consideradas na atualização da Debênture, sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 128,50.

TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

sendo que:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

em que:

DIk = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;



11-11-11

5.2.5.2. O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_t \times \frac{P}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

5.2.5.3. Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_t \times \frac{P}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

5.2.5.4. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.


5.2.5.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

5.2.5.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, das Debêntures da 2ª Série será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

5.2.5.7. Na hipótese de (i) ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, (ii) de extinção da Taxa DI ou (iii) de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente, no lugar da Taxa DI, a Taxa SELIC.

5.2.5.8. Na impossibilidade de aplicação da Taxa SELIC, conforme referido acima, será convocada pelo Agente Fiduciário uma Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VI abaixo, a ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, devendo as Debêntures da 2ª Série ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores.

5.2.5.9. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da 2ª Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir



9

estabelecidas, obrigando-se o Emissor a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- a) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão da 2ª Série ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. As Debêntures adquiridas nos termos deste item “a” serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, em novo cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série pelo Emissor todos os Debenturistas da 2ª Série receberão o pagamento na mesma proporção.

5.2.5.10. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão devidos mensalmente, no dia 30 de cada mês, sendo a primeira Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série o dia 30 de abril de 2011 e a última na data de resgate das Debêntures da 2ª Série.

5.2.6. Amortização Programada das Debêntures da 2ª Série: A Amortização Programada das Debêntures da 2ª Série será paga em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, calculadas sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série à razão de 3,3333% (três vírgula três três três por cento) cada, sendo a primeira parcela da Amortização Programada das Debêntures da 2ª Série paga em 30 de outubro de 2011 e as seguintes no dia 30 dos meses subsequentes, observado que no mês de fevereiro de cada ano, o pagamento da parcela da Amortização Programada das Debêntures da 2ª Série ocorrerá no dia 29 ou 28 do referido mês.

5.2.7. Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures da 2ª Série: As Debêntures da 2ª Série serão objeto de Oferta Restrita, sob o regime de melhores esforços, com a intermediação do BANCO GERADOR S.A. (“Coordenador Líder”) em observância aos



procedimentos a serem definidos no competente contrato de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM n.º 476/09. Para tanto, o Coordenador Líder poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.2.8. Destinação dos recursos das Debêntures da 2ª Série: Os recursos obtidos por meio da 2ª Série serão destinados à aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados listados no Anexo II à presente Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VI - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

6.1. Regras Gerais

6.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação.

6.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

6.1.3. Para efeito de apuração de quorum, serão excluídas as Debêntures que estiverem em tesouraria da Emissora e as eventualmente pertencentes à Emissora.

6.1.4. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, sendo permitida a constituição de mandatários. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção (i) da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação e (ii) das demais hipóteses que necessitem de quorum de deliberação específico previstas expressamente nesta Escritura de Emissão.

6.1.5. Considerar-se-á devidamente constituída a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os Debenturistas.

6.1.6. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para Assembleias Gerais de acionistas.



Q

CLÁUSULA VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 Nomeação

A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, a **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.**, acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.

7.2 Declarações

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- (a) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários para tanto;
- (b) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o Parágrafo Terceiro do artigo 66 da Lei das S.A., para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) ser uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as



obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor.

7.3 Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro motivo de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído ou pela Emissora. Na hipótese da convocação não ocorrer até quinze dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.3 É facultado aos Debenturistas proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deve ser averbado nos mesmos registros públicos em que será registrada a presente Escritura de Emissão.

7.3.5 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou de eventual Aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

7.4 Deveres

Além de outros previstos em lei, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, inclusive na hipótese prevista na Cláusula 4.17.2. acima;
- (k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do item "b" do Parágrafo Primeiro do artigo 68 da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;



- 15-11
- 15-11
- (iv) resgate, amortização, conversão, ~~reapctação~~ e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (v) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vi) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
 - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (m) colocar o relatório de que trata o item “l” acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de quatro meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; e (ii) em sua sede indicada no preâmbulo desta Escritura de Emissão;
- (n) informar aos Debenturistas, às expensas da Emissora, que o relatório de que trata o item “l” acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados no item “m” acima;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão; e
- (q) manter atualizado o calculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

7.5 Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da satisfação de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, bem como cobrar os valores referentes ao seu principal e acessórios, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a satisfação dos créditos dos Debenturistas;



P

- 15-011
- 10000
- (c) requerer a falência da Emissora; e
 - (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da cláusula 7.5.1 acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d).

7.6. Remuneração do Agente Fiduciário

7.6.1. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) O valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o montante total de emissão da 1ª Série, de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), devidos na data da assinatura desta Escritura de Emissão;
- b) O valor trimestral de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), devido o primeiro pagamento no 5º (quinto) dia útil após a integralização das Debêntures da 2ª Série e os demais pagamentos a cada 3 (três) meses a contar da data do primeiro pagamento, até o resgate total das Debêntures da 2ª Série; e
- c) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, que caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será *pro-rateado* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicado pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos Debenturistas, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em Assembléias Gerais de Debenturistas, (iv) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (v) a execução das garantias ou das Debêntures, remuneração adicional



15-03-11

a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por mês durante o período em que a Emissora permanecer nesta situação.

7.6.2. Os valores previstos acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IPCA/IBGE ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir de fevereiro de 2011, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*.

7.6.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo devido.

7.6.4. As parcelas serão acrescidas dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR, CSLL e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de Agente Fiduciário pelas instituições financeiras.

7.6.5. Todas as despesas abaixo referidas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

7.6.6. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, não haverá restituição de qualquer valor recebido pelo Agente Fiduciário;

7.6.7. As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.7. Despesas

7.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente comprovadas e, se assim possível, autorizadas pela Emissora.



15-03-11

10000

7.7.2. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.7.1 acima será efetuado, em 10 (dez) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (d) despesas com cartórios e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

7.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 7.7.1. e 7.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.



CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e assegura aos Debenturistas que:

- (a) é uma companhia securitizadora de créditos financeiros devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;
- (b) para a celebração da Escritura de Emissão, e a assunção e o cumprimento das obrigações dela decorrente, foram obtidas todas as autorizações dos seus órgãos deliberativos e executivos, conforme necessário;
- (c) os seus representantes legais que assinam a Escritura de Emissão têm poderes estatutários para assumir, em nome da Emissora, as obrigações fixadas na Escritura de Emissão, e, sendo mandatários, possuem os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária até a data desta Escritura de Emissão não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes da Escritura de Emissão;
- (e) não há quaisquer títulos de emissão da Emissora ou sacados contra a Emissora que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados;
- (f) a celebração da Escritura de Emissão, e o cumprimento das obrigações dela decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura da Escritura de Emissão, dos quais a Emissora seja parte ou aos quais esteja vinculada, a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de suas respectivas propriedades; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Emissora ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Emissora ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;
- (g) já obteve todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades até então, sendo todas elas válidas;
- (h) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta 1ª Emissão;



- (i) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A. e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (k) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2. Enquanto houver Debêntures da 1ª Emissão em circulação, a Emissora obriga-se a:

- (a) oferecer informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores;
- (b) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A., e com as regras emitidas pela CVM;
- (c) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (d) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (e) manter os documentos mencionados na alínea "d" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (f) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358/02"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (g) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM n.º 358/02, comunicando imediatamente ao intermediário líder da oferta; e
- (h) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

CLÁUSULA IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como



P

renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.2. Alteração

Qualquer alteração dos termos e condições desta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito e assinada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, mediante aprovação pela Assembléia Geral de Debenturistas.

9.3. Irrevogabilidade e irretratabilidade

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

9.4. Título Executivo

A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

9.5. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro, inscrição e/ou arquivamento, conforme o caso, desta Escritura de Emissão e seus Aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta 1ª Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

9.6. Arbitragem

9.6.1. No caso de sobrevirem litígios ou divergências oriundos da presente Escritura de Emissão, os Debenturistas e a Emissora concordam em envidar seus melhores esforços no sentido de dirimi-los de maneira amigável, e de acordo com os princípios de boa-fé.

9.6.2. Em não sendo dirimida a controvérsia na forma estabelecida na Cláusula 9.6.1, supra, a controvérsia deverá ser definitivamente resolvida por meio de arbitragem. A administração e o desenvolvimento do procedimento arbitral caberá à Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara"), de acordo com o Regulamento da Câmara ("Regulamento").



9.6.3. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, cabendo aos Debenturistas e à Emissora a escolha de um árbitro titular e respectivo suplente, não necessariamente integrantes do Corpo de Árbitros da Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento da notificação enviada pela Câmara.

9.6.4. Os árbitros indicados pelos Debenturistas e pela Emissora deverão escolher em conjunto o nome do terceiro árbitro, a quem caberá a presidência do Tribunal Arbitral, submetendo seu nome à aprovação da Câmara.

9.6.5. Se quaisquer dos Debenturistas ou a Emissora deixar de indicar árbitro e/ou seu suplente, ao presidente da Câmara caberá fazer essa nomeação. Caso os árbitros indicados pelos Debenturistas e pela Companhia não cheguem a um acordo quanto à indicação do terceiro árbitro, caberá ainda ao presidente da Câmara proceder à sua nomeação.

9.6.6. O Tribunal Arbitral terá assento na Cidade de São Paulo, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para todos os seus atos.

9.6.7. O laudo arbitral será definitivo e vinculante para os Debenturistas e pela Emissora, não estando sujeito à homologação ou a qualquer recurso perante o Poder Judiciário.

9.6.8. Para dirimir as questões oriundas desta Escritura de Emissão de caráter cautelar e executório, os Debenturistas e a Emissora elegem o Foro da Capital do Estado de São Paulo, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.6.9. Fica estabelecido que durante a tramitação de arbitragem ou durante a pendência de qualquer litígio entre os Debenturistas e a Emissora, os Debenturistas e a Emissora não estarão autorizados a cessar ou a se furtar ao cumprimento das obrigações por si assumidas.

9.7. Veracidade das Informações

9.7.1. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

IV.1. Os termos iniciados em letras maiúsculas e não definidos neste Segundo Aditamento terão os significados que lhes foram atribuídos na Escritura de Emissão.



13-43-11
10095

IV.2. Este Segundo Aditamento é celebrado pelas Partes em caráter irrevogável e irretratável, e constitui obrigação legal, válida e vinculativa para as Partes, obrigando-as e a todos os seus sucessores, herdeiros e/ou cessionários a qualquer título, a partir da presente data.

IV.3. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas pelo presente Segundo Aditamento.

IV.4. Este Segundo Aditamento será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente Segundo Aditamento em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Recife, 09 de março de 2011.

(assinaturas na próxima página)



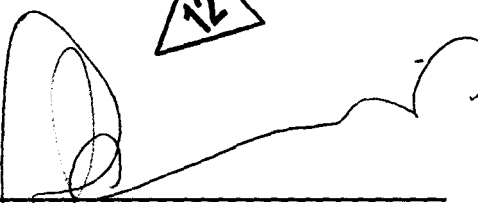

(o restante desta página foi deixado intencionalmente em branco)


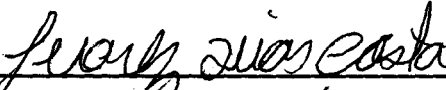




15411

PÁGINA DE ASSINATURAS DO SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA GERADOR - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS CELEBRADO EM 09 DE MARÇO DE 2011.





GERADOR - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS
Por: Paulo Dalla Nora Macêdo Por: Izidoro José Polari Neto
Cargo: Diretor Presidente Cargo: Diretor



GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.
Por: JUAREZ DIAS COSTA Por: _____
Cargo: DIRETOR Cargo: _____

Testemunhas:

1. Nathália Cibelle de Araújo Galvão 2. Karina Dourado Pinho
Nome: Nathália Cibelle de Araújo Galvão Nome: Karina Dourado Pinho
RG: CPF / MF nº 060.625.864-70 RG: CPF/MF nº 859.258.024-20
CPF/MF: RG: 6.798.257 - SDS/PE RG: 4.630.714 - SSP/PE
CPF/MF:

TABELÃO de NOTAS

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS

Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100
BEL HOMERO SANTI - TABELÃO - Tel. (11) 3549-9277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: IZIDORO JOSE POLARI NETO, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 11 de Março de 2011

Em testemunho da verdade.

Dulce Bernardes Pereira - Esc. Autorizada

1103111150124 - Firma: R\$ 5,50 - Total: R\$ 5,50

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS

AL SANTOS: 1470

Dulce Bernardes Pereira
Escrevente Autorizada

